

**Exmo. Sr. Presidente**

**Comissão de Defesa Nacional**

**Assunto: Audição muito urgente do Senhor Ministro da Defesa Nacional**

1. Perante o pedido de demissão, do Dr. Luís Miguel Novais, administrador da EMPORDEF e do teor da fundamentação do referido pedido, agora conhecido;
2. Perante as declarações do presidente da EMPORDEF, presentes e passadas, nomeadamente, as prestadas perante esta Comissão de Defesa;
3. Perante antigas e reiteradas declarações do Senhor Ministro da Defesa, de acerba crítica sobre alegadas pretéritas demoras na resolução da situação dos ENVC e da manifestação do seu aceso voluntarismo na sua rápida resolução, a qual aparenta não ter progredido desde a posse do Governo, há oito meses;
4. Perante o forte alarme social cada vez mais instalado face ao aparente impasse da situação dos ENVC;
5. Perante a constatação, por vozes institucionalmente autorizadas, de que o Arsenal do Alfeite se encontra, também ele, numa situação particularmente crítica e que fragiliza a Marinha de Guerra;
6. Tendo em conta que tanto os Estaleiros Navais de Viana do Castelo como o Arsenal do Alfeite são entidades públicas empresariais tuteladas pelo Ministério da Defesa, e de que se trata de infraestruturas de importância estratégica para a Armada Portuguesa, além da sua grande relevância para a economia, o emprego e o 'know-how' de construção e reparação naval portuguesas;



7. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP-PS), atendendo os pressupostos enumerados, considera ser da maior urgência, porque do mais alto e imediato interesse nacional, ouvir nesta Comissão de Defesa as explicações que Sua Excelência o ministro da Defesa Nacional terá, por certo, a prestar sobre a situação dos ENVC, da sua administração e da administração da EMPORDEF e sobre a situação do Arsenal do Alfeite.
8. O GP-PS considera indispensável que estas explicações, constitucionalmente exigíveis no âmbito da função fiscalizadora de um parlamento, tenham de ser prestadas pelo pertinente decisor político de nível ministerial, uma vez que já foram fornecidas a esta Comissão de Defesa, noutras ocasiões e por expressa remissão governamental, as explicações que cabiam no nível da administração e gestão dos bens públicos em apreço.

Lisboa, 5 de Março de 2012.

Marcos Perestrello,  
Deputado-coordenador do GP-PS/Defesa